

ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DO TRABALHO DE CASCAVEL E DOS MUNICÍPIOS, DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

STRUCTURE AND ROLE OF THE LABOR COUNCIL IN CASCAVEL AND OTHERS COUNCILS THE REGION WEST OF PARANA, BR.

SÉRGIO LUIZ KUHN¹
THIAGO GRIGNANI VOSS²

RESUMO: Este artigo busca analisar a organização e atuação dos Conselhos do Trabalho de Cascavel e dos municípios agrupados da Mesorregião Oeste do Paraná, para atender a exigência legal de sua constituição em uma gestão pública municipal mais democrática e participativa. A metodologia do estudo é exploratória e descritiva, amparado em fontes primárias levantadas via questionários aplicados aos gestores dos Conselhos dos Municípios considerados, como também em fontes secundárias, tais como bibliografias e relatórios (IPARDES). Como resultado da pesquisa, constatou-se quantitativamente que os Conselhos procuram exercer uma cooperação com o governo municipal, empresas e instituições, na geração de emprego, renda e bem estar. Além disso, verificou-se que os Conselhos apresentam acentuada diversidade de organização e atuação nos municípios, concentrando esforços na ampliação dos cursos de capacitação (qualificação e especialização da mão de obra). Também, na articulação com outros conselhos e órgãos público-privados para superarem os desafios de maior participação, representatividade e ações práticas para o desenvolvimento do trabalho com qualidade e eficiência.

PALAVRA CHAVE: Conselho do Trabalho, representatividade, eficiência.

ABSTRACT: This paper seeks to analyze the structure and role of Labor Councils the Cascavel and others grouped councils, in the mesoregion west of Paraná, to attend the constitution legal requirements in a democratic and participative public administration. The methodology employed here is exploratory and descriptive, which is supported primarily by results obtained from a questionnaire applied to Council managers and secondly, by sources such as bibliographic references and technical reports (from IPARDES). As research results, it has been verified (quantitatively) that the Councils are committed with the government, companies and institutions to create jobs, improve the worker income and assure the worker well-being. In addition, although the Councils present a highly diverse organizational structure within the districts studied, it has been observed that they are focusing mainly on qualifying courses (qualifying and specializing the labor force). Also, it has been noticed that the Councils cooperate with other public/private agencies for overcoming challenges which require more contribution, representativeness and practical actions to develop the work with quality and efficiency.

Keywords: Labour council, representativity, efficiency.

Sumário: Introdução - 1 Desenvolvimento - 1.1 fundamentação teórica e resultados - 2 Resultados e discussões - 2.1 Caracterização do paraná: mesorregiões, mesorregião oeste do Paraná, suas microrregiões e municípios e população - 2.2 Caracterização do público pesquisado (conselheiros) - 2.3 Caracterização dos conselhos do trabalho, temas, metas - 3 Considerações finais – Referências.

¹ Doutor e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, campus de Toledo e professor da FAG – Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel/PR. E-mail: sergiolkuhn@gmail.com

² Graduado de Agronomia da FAG – Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, Pr. Acadêmico Bolsista do PIBIC pela Fundação Araucária. E-mail: thiagovoss@hotmail.com, Nova Aurora, Pr.

INTRODUÇÃO

O artigo trata de uma temática relevante prevista na Constituição de 1988, da democratização da gestão pública, mediante a participação e o papel dos conselhos do trabalho, formados por representantes público-privados, institucionais e cidadãos.

Baseado neste avanço na gestão, esta pesquisa busca analisar a organização e atuação dos Conselhos de Trabalho de Cascavel em relação aos demais conselhos dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná.

O Estado possui 399 municípios, dos quais 50 são da mesorregião Oeste, destacando-se como sendo de maior população Cascavel, sucedido pelas microrregiões de Foz do Iguaçu e Toledo, os quais integram as três microrregiões.

Para tal, no âmbito das políticas públicas e de acordo com as necessidades, prioridades e orçamentos previstos, os conselheiros reúnem-se e auxiliam os gestores em temas e assuntos de interesse dos municípios de geração de trabalho e emprego, renda, economia, oportunidades, qualificação, bem estar e outros, bem como, quanto a aplicação de seus recursos, de que dispõem, buscando exercer as competências estabelecidas, assim como, a legislação vigente e a de responsabilidade Fiscal do Governo Federal, que impõe o controle sobre os gastos dos Estados e municípios, aos pareceres e decisões dos Conselhos Municipais do Trabalho, políticas do Ministério e Secretaria do Trabalho e Emprego e práticas, entre outros.

No entanto, existe um sentimento popular, de que os recursos públicos são gastos ou investidos, de forma ineficiente, o que acredita não ser diferente no âmbito do trabalho, das suas estratégias, diretrizes, políticas e ações de desenvolvimento e de supervisão e execução, nos diversos setores da economia, entre outros, a geração de empregos, o amparo ao trabalhador desempregado, o aperfeiçoamento da legislação e das relações e condições de trabalho, bem como, a melhoria dos ambientes de trabalho, especialmente nas áreas de formação e reciclagem profissional, de qualificação profissional, aos riscos inerentes do trabalho, trabalho do menor, adolescente e do deficiente, entre outros, tanto de produção, custeio como dos investimentos em infraestrutura, gastos sociais, etc.

Portanto, diante do exposto, como problema de pesquisa, questiona-se: os Conselhos do Trabalho efetivamente contribuem com a gestão pública municipal,

materializando-se em sugestões e ações para desempenhos de eficiência qualitativa da gestão do Estado?

Assim, o objetivo geral deste artigo é “analisar a organização e a atuação dos Conselhos do Trabalho de Cascavel com os demais municípios agrupados, da mesorregião Oeste do Paraná”. E, como objetivos específicos: a) Caracterizar a composição dos Conselhos do Trabalho; b) Identificar a organização e as suas estratégias de atuação e, c) Levantar contribuições, metas e desafios da gestão dos Conselhos, entre outros.

Busca assim verificar a organização e atuação dos Conselhos do Trabalho de Cascavel com relação aos demais municípios, ora agrupados da mesorregião Oeste Estado do Paraná e, se estão contribuindo adequadamente com o planejamento e o desenvolvimento local, bem como, com os outros indicadores e desempenhos escolhidos, mediante as relações e as confrontações realizadas de dados quantitativos, revelando-se no final como eficientes ou não.

Assim sendo, o estudo revela a sua importância e mostra com transparência a (in)eficiência da gestão, através dos desempenhos alcançados em resultados crescentes pelos municípios, bem como, pelos ajustes de ações concretas e dos instrumentos de avaliação utilizados.

Para tal, o artigo foi estruturado em partes, tendo na primeira a Introdução e Metodologia, segunda parte a fundamentação teórica, os resultados de Pesquisa e Discussões, acompanhados das Considerações Finais e por fim, as Bibliografias.

Como metodologia esta pesquisa é de caráter exploratória e descritiva, contendo dados quantitativos e qualitativos, primários e secundários, população e amostra, entre outros.

Para o estudo e análise utilizou-se inicialmente de dados secundários, levantados de bibliografias e relatórios, sendo a da população do Censo dos municípios colhidos junto ao IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, através do Perfil dos Municípios.

Já os dados primários foram levantados através de 38 questionários, com perguntas fechadas e abertas, aplicados pelos alunos da graduação dos cursos de Direito, Agronomia e Administração da Faculdade Assis Gurgacz - FAG, aos membros integrantes dos Conselhos de Trabalho de Cascavel e dos demais municípios da mesorregião, priorizando os cargos de gestão (presidentes, vice-presidente e secretários dos municípios) e os demais membros de sindicatos,

gestores e técnicos em geral, conforme o caso. Responderam a pesquisa 15 conselheiros de Cascavel e 23 conselheiros dos demais municípios da mesorregião Oeste do Paraná, destacando-se: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Santa Helena, Corbélia, Cafelândia, Terra Roxa, Itaipulândia, Braganey, Nova Santa Rosa, Anahy e outros.

No final, os dados foram organizados, tabulados e apresentados na forma de quadros, acompanhados de análises em geral.

1 DESENVOLVIMENTO

Compreende a fundamentação teórica e depois os resultados de pesquisa colhidos de fontes primárias, conforme segue:

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E RESULTADOS

Com a criação do Ministério do Trabalho e Emprego em 1930, veio também a política nacional do trabalho e emprego, motivado pelo existente no século XX no Brasil.

Já a Constituição Federal, de 1988, criou os Conselhos do Trabalho, que definiu uma organização, papel e atuação, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, o qual tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções que estimulem os municípios a executarem práticas participativas de gestão e planejamento; proporcionar condições para a formulação e articulação de políticas que garantem melhores condições de trabalho e de vida da população; promover o desenvolvimento sustentável, inclusivo e voltado para a redução das desigualdades, entre outros.

Assim, segundo Gohn (2001, p. 17), a soberania popular é o princípio regulador da forma democrática: a participação é concebida como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil – em especial entre os movimentos sociais e as organizações autônomas da sociedade, quanto no plano institucional – nas instituições formais políticas, entre outras. Ainda, segundo a mesma autora (p. 83), com caráter institucional, os conselhos gestores têm o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado, inscritos na Constituição de 1988, e outras

leis do país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população.

Diante de tal, e com um papel importante na sociedade na gestão dos municípios, conforme Junior, Azevedo e Ribeiro (2004, p. 11 e 12), os Conselhos Municipais constituem instrumento de democratização da gestão pública local e de aumento de eficiência e efetividade das políticas sociais setoriais, e, por esta razão, a sua disseminação no território nacional. [...] resultam da emergência no Brasil dos ideais de reforma das instituições de governo local, cuja orientação central é a busca do aumento da participação direta da sociedade na gestão municipal.

Já para Gohn (2001, p. 7), representa a participação sociopolítica: a dos conselhos gestores. Tratam-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito a gestão de bens públicos. [...] envolvendo questões relacionadas a participação, formas de governo e representatividade, natureza da esfera pública, divisão de poder local, regional, nacional e global. [...] cujas análises buscam apontar lacunas e as necessidades nos atuais conselhos gestores no Brasil, destacando possibilidades no sentido de ampliação do controle da sociedade sobre o Estado, entre outros.

Ainda, segundo a mesma autora (p. 13), a participação é uma lente que possibilita um olhar ampliado para a história, em que o entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo democrático da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e a cidadania. Neste sentido, a participação é, também luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.

Há então que se adequar assim, os discursos a novas práticas político normativas, com alianças público-privadas e institucionais, mediante leis, planos e projetos formais para uma adequada e concreta produção dos espaços e ambientes urbanos construídos, para uma cidade mais cidadã e de direito das pessoas, de inclusão, buscando amenizar as profundas desigualdades econômico-sociais, bem como, a depredação e degradação ambiental, entre outras.

Instituídos no âmbito federal, os Conselhos passam a ser obrigatórios em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), na forma de canais institucionais plurais de participação da sociedade, com cultura cívica dos

conselheiros, com condições e processos de tomada de decisões e outros, vinculados ao repasse de recursos do governo federal para os governos estaduais e municipais. (JUNIOR, AZEVEDO, RIBEIRO, 2004)

Ainda, conforme os mesmos autores (2004, p. 47), os Conselhos são espaços institucionais com potencial de se transformarem em instrumentos da constituição da governança democrática dos municípios, arenas de interação entre o governo e a sociedade, nas quais os interesses oriundos do mercado, da sociedade e do poder público são expressos, medidos, criando, portanto, condições para a instauração de processos consensuais de tomada de decisões e aumento da eficácia e efetividade das políticas públicas locais. Dos conselhos influenciarem as ações das prefeituras, o que depende de representatividade e da governança democrática, entre outras.

Coloca-se, pois, para a sociedade organizada a tarefa de definir a sua política de participação junto ao Estado, através dos quais, há capacidade dos conselhos setoriais influenciarem as políticas públicas municipais, de participarem do gerenciamento das atividades governamentais e na elaboração de políticas públicas especialmente em nível municipal. Porém, com a institucionalização da participação política na forma de conselhos, vem se produzindo inúmeros trabalhos que problematizam os limites e potencialidades da participação popular no lócus específico dos conselhos municipais. (SANTOS JUNIOR et al, 2004, p. 162 e 219)

Ainda conforme os mesmos autores, (p. 63 e 66), “a grande novidade dos conselhos gestores é o fato de eles terem criado novo padrão de relação entre Estado e sociedade, criando novas formas de contrato social, por meio da ampliação da esfera social pública”, como da organização social jurídica dos espaços e, em que “o empoderamento da comunidade, com capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável com a mediação de agentes externos”. Diante do qual, ressalta-se que os conselhos de uma forma geral são representados por elites e que falam a sua linguagem, de pessoas mais qualificadas, de melhor faixa de renda e representação política municipal, excluídos os de baixa articulação e organização dos submundos sociais.

Segundo Gohn (2001, p. 14), na concepção liberal, busca-se sempre a constituição de uma ordem social, que assegure a liberdade individual, reformando a estrutura da democracia representativa e sua qualidade, em que “todos os membros da sociedade são iguais e a participação seria o meio e o instrumento para a busca

de satisfação dessas necessidades”. No entanto, esta participação pode ser no plano civil como institucional, ou outro, por movimentos sociais e organizações autônomas da sociedade, representados de forma individual ou também comunitária ou coletiva. Por isso, de acordo com a autora (p. 16), a participação corporativo-comunitária se caracteriza como uma forma institucionalizada, onde os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal, de forma que as esferas do público e do privado se possam fundir.

Na prática esta representação dos Conselhos, como o do Desenvolvimento Urbano, é constituída pelos diferentes atores e setores da economia (primário, secundário e terciário) e da sociedade; por representantes do poder público, das diferentes esferas de governos e órgãos do Estado (municipal, estadual e federal); de associações comerciais e industriais; de conselhos, bem como, de categorias profissionais e patronais (sindicatos), profissionais liberais, organizações e instituições ou entidades em geral, entre outros, na forma singular, federativa ou confederativa ou outra, integrando o conselho na forma efetiva ou na suplência, no período de mandato do respectivo conselho, constante do seu Estatuto.

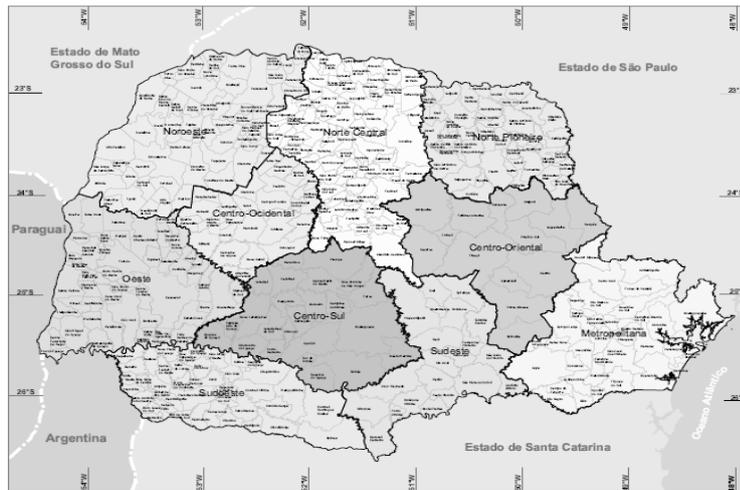
Cabe à sociedade, através dos cidadãos, empresas e instituições, fazerem a cada qual a sua parte e cobrar dos gestores e governos as ações de prevenção, orientação, fiscalização e punição, que permitam o crescimento e desenvolvimento adequado dos municípios, planejadas e projetadas, com práticas de inclusão social, pelo emprego, renda e bem estar, de alternativas para sanar os diversos problemas comuns, impedindo não conformidades, entre outros.

Assim sendo, com base nesta fundamentação teórica e metodologia apresentada, pretende-se responder aos objetivos e problemas da pesquisa, entre outros, conforme segue.

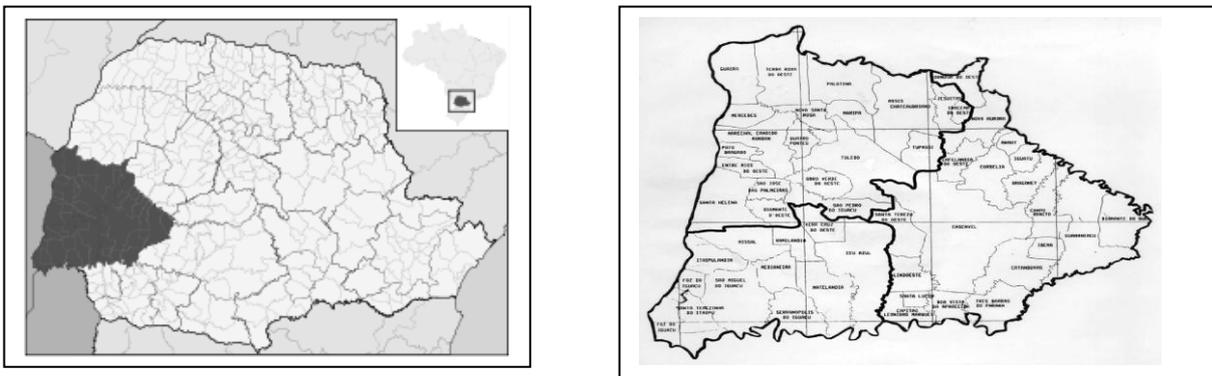
2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO PARANÁ: MESORREGIÕES, MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ, SUAS MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO

O Estado do Paraná é formado por 10 mesorregiões. Dentre as quais, destaca-se o Oeste do Paraná, objeto de estudo, conforme apresentado a seguir, através das figuras.

Figura 1. MAPA DO ESTADO DO PARANÁ E SUAS MESORREGIÕES

Fonte: IBGE - Base Cartográfica: ITCG (2010)

Figura 2. MAPA DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ NO ESTADO, SUAS MICRORREGIÕES E OS SEUS MUNICÍPIOS

Fonte: IBGE, Ipardes.

De acordo com a figura 2, verifica-se que a mesorregião Oeste do Paraná, constituída por três microrregiões: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, compreendendo um total de 50 municípios no seu entorno na mesorregião.

No entanto, estes três municípios, que representam também as suas respectivas microrregiões, são responsáveis por mais 47 municípios dos 50 que a compõem na totalidade. Especificamente estes três municípios nominados congregam juntos 661.606 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, o

que equivale a aproximados 54% do total da população da mesorregião, que é de 1.219.558 habitantes, revelando assim uma elevada concentração populacional.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO PESQUISADO (CONSELHEIROS)

Responderam a pesquisa aproximadamente 80% do gênero masculino e 20% do feminino, tendo os pesquisados como faixa etária predominante entre 30 e 50 anos. São ligados aos segmentos públicos (secretários e servidores municipais), aos sindicatos (presidentes, vice-presidentes, secretários e outros), comércio e representantes da Associação e Comercial do município, a indústria, agricultura, cooperativas, educação, bancos, saúde, supermercados, restaurantes e lanchonetes, CREA, ONGs, polícia, igrejas, etc, ocupando diferentes cargos, dentre eles: gestores das agências do trabalhador nos municípios, sócios de empresas, servidores públicos e secretários municipais, presidência ou vice-presidência dos sindicatos patronais e de categorias profissionais, empresários e comerciantes, diretores, administradores, secretárias executivas, assistentes administrativos, assistentes sociais, advogados, contadores, economistas e outros.

Pertencem pela ordem então aos segmentos de atividades econômicas, sindicais (profissional e patronal), associação comercial e industrial do município, comércio, agricultura, indústria, associações, funcionário ou servidor público, associações de representação, cooperativas, educação, CREA, bancos/financeiras, ONGs, Igrejas, saúde, supermercados, restaurantes/lanchonetes, estudantes, polícia e outros.

Aproximadamente 90% possuem faixa de renda mensal até R\$ 6.000,00 reais e 10% entre R\$ 6.001,00 a 12.000,00, sendo a mesma um pouco melhor dos conselheiros de Cascavel, dos quais parte recebem um pouco acima deste valor comparado aos demais municípios da região pesquisados. Salienta-se também que dos pesquisados, 46% tem filiação partidária, destacando-se os partidos: PT, PDT, PMDB, PMN e os Democratas, entre outros, sendo esta filiação maior nos demais municípios, do que em Cascavel, que reúne mais profissionais técnicos e portanto com menor participação política.

Na formação escolar dos conselheiros destaca-se a da graduação superior concluída, sucedido pelo ensino médio e depois a da especialização.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS CONSELHOS DO TRABALHO, TEMAS, METAS

Quadro 1. O Poder Municipal Garante o Provimento ao Conselho

| ESPECIFICAÇÃO | REGIÃO | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|---|-----------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| Espaço para reuniões e trabalho de secretariado | 8 | 53% | 16 | 70% | 24 | 63% |
| Uma estrutura mínima de funcionamento | 7 | 47% | 9 | 39% | 16 | 42% |
| Garante o seu custeio | 5 | 33% | 5 | 22% | 10 | 26% |
| Recursos mínimos para material de divulgação | 5 | 33% | 4 | 17% | 9 | 24% |
| Antes era precário | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% |
| TOTAL | 26 | | 34 | | 60 | |
| TOTAL DE PESQUISADOS | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | 100% |

Fonte: Pesquisa de dados

De acordo com o quadro 1, constata-se no geral que o poder público municipal garante o provimento básico, envolvendo um espaço para reuniões e trabalho de secretariado, o qual acontece na própria prefeitura ou paço municipal, espaço alugado como a Agência do Trabalhador, Câmara de Vereadores ou outro; uma estrutura mínima para o seu funcionamento e de materiais em geral, como de divulgação também; quando antes as condições eram mais precárias.

As reuniões ocorrem em local fixo para 87% dos conselhos, num espaço classificado como próprio na média em 64% dos conselhos e 34% como alugado e cujas reuniões ocorrem numa frequência mensal de 53% e, bimestral de 31% dos casos, enquanto que, para os outros conselhos são trimestrais, e também quinzenais, semestrais e anuais.

Quadro 2. Temas/Assuntos/Discussões/Pautas, mais Tratadas no Cons. do Tr.

| Especificação | Locais | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|--|------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| Trabalho, emprego e renda... | 11 | 73% | 21 | 91% | 32 | 84% |
| Articulação com instituições de formação profissional, escolas, sindicatos ... | 11 | 73% | 19 | 83% | 30 | 79% |
| Definir diretrizes, prioridades e estratégias políticas de trabalho e emprego | 11 | 73% | 18 | 78% | 29 | 76% |
| Elaboração proposta Plano de Trabalho Anual e Plurianual do Conselho do Trabalho | 10 | 67% | 19 | 83% | 29 | 76% |
| Educação / qualificação / capacitação da mão de obra | 12 | 80% | 17 | 74% | 29 | 76% |
| Desenvolvimento sustentável | 6 | 40% | 19 | 83% | 25 | 66% |
| Qualidade de vida e no trabalho | 7 | 47% | 17 | 74% | 24 | 63% |
| Acompanhar execução ações políticas trabalho, planos, programas, orçamentos | 9 | 60% | 14 | 61% | 23 | 61% |
| Propor medidas minimização efeitos ciclo econômico e desemprego estrutural | 9 | 60% | 14 | 61% | 23 | 61% |
| Desenvolvimento do município | 5 | 33% | 17 | 74% | 22 | 58% |
| Atuação do Conselho do Trabalho | 7 | 47% | 14 | 61% | 21 | 55% |
| Articular-se com instituições públicas e privadas, p/ obtenção de recursos / subsídios | 5 | 33% | 10 | 43% | 15 | 39% |
| Questões sociais e desigualdades | 7 | 47% | 8 | 35% | 15 | 39% |
| Políticas sociais | 7 | 47% | 7 | 30% | 14 | 37% |
| Articulação Conselho com outros Conselhos e órgãos munic. | 3 | 20% | 10 | 43% | 13 | 34% |
| Vocação / aptidão do município | 4 | 27% | 8 | 35% | 12 | 32% |
| Indústrias | 1 | 7% | 11 | 48% | 12 | 32% |
| Novos projetos e integrados a outros | 3 | 20% | 8 | 35% | 11 | 29% |
| Desenvolvimento regional | 4 | 27% | 6 | 26% | 10 | 26% |
| Contribuir no processo de negociação coletiva de trabalho | 4 | 27% | 6 | 26% | 10 | 26% |
| Aplicação dos fundos / recursos do FAT e Banco Social | 4 | 27% | 4 | 17% | 8 | 21% |
| Plano diretor do município | | 0% | 7 | 30% | 7 | 18% |
| Arranjos Produtivos Locais - APLs | 2 | 13% | 4 | 17% | 6 | 16% |
| Fiscalização do poder público | 2 | 13% | 4 | 17% | 6 | 16% |
| Proteção do meio ambiente / impactos ambientais | 1 | 7% | 5 | 22% | 6 | 16% |
| Política habitacional | 3 | 20% | 3 | 13% | 6 | 16% |
| Poluição e lixo industrial | | 0% | 5 | 22% | 5 | 13% |
| Participação popular / democrática | 2 | 13% | 3 | 13% | 5 | 13% |
| Política urbana | 2 | 13% | 3 | 13% | 5 | 13% |
| Conservação de recursos naturais | | 0% | 4 | 17% | 4 | 11% |
| Equipamentos urbanos | | 0% | 2 | 9% | 2 | 5% |
| Planejamento estratégico do Conselho do Trabalho | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% |
| TOTAL | 153 | | 307 | | 460 | |
| TOTAL DE PESQUISADOS | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | 100% |

Fonte: Pesquisa de dados

Conforme o quadro 2 constata-se que, a principal questão debatida é a do trabalho, emprego e renda apontada por 84% dos conselheiros, seguida da articulação com as instituições de formação profissional, escolas e sindicatos em 79% dos casos, para a qualificação da mão de obra; em terceiro lugar trata-se da definição de diretrizes, prioridades e estratégias políticas de trabalho e emprego em 76% dos casos, juntamente com a elaboração de proposta do Plano de Trabalho

Anual e Plurianual do Conselho do Trabalho é a Educação, Qualificação e Capacitação da mão de obra; depois vem as questões de Desenvolvimento Sustentável com 66% e a Qualidade de vida e no trabalho em 63% dos casos, entre outros.

Quadro 3. Como os Conselheiros veem o próprio Conselho do Trabalho

| Locais FAIXAS | CASCAVEL | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|--|-----------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| Cooperação com o governo municipal, empresas, instituições e. | 8 | 53% | 15 | 65% | 23 | 61% |
| Foro de representação da gestão política do Trab. do município | 6 | 40% | 9 | 39% | 15 | 39% |
| Parceria de gestão administrativa com o município | 8 | 53% | 7 | 30% | 15 | 39% |
| Meio de gestão democrática e participação popular | 6 | 40% | 5 | 22% | 11 | 29% |
| Compromisso político com o desenvolvimento local | 1 | 7% | 9 | 39% | 10 | 26% |
| Canal privilegiado de espaço público para encontros e debates | 1 | 7% | 6 | 26% | 7 | 18% |
| Arena de representação e disputa de propostas | 2 | 13% | 3 | 13% | 5 | 13% |
| Uma forma de inserção de desempregados no mercado de tr. | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% |
| Órgão para legitimação da aplicação de recursos / subvenções | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% |
| TOTAL | 34 | | 54 | | 88 | |
| TOTAL DE PESQUISADOS | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | 100% |

Fonte: Pesquisa de dados

Conforme o quadro 3 observa-se que os próprios conselheiros veem o Conselho como um meio de cooperação com o governo municipal, empresas, instituições e outros, para o desenvolvimento do município em 61% dos casos, sucedido em 39% cada, como sendo um foro de representação da gestão política do trabalho, bem como, a de uma parceria de gestão administrativa com o município. Também aparece na sequência, um meio de gestão democrática e participação popular, bem como, um compromisso político com o desenvolvimento local, entre outros.

Quadro 4. Maiores Limitações, Problemas de Atuação dos Conselhos do Trabalho

| Locais | CASCAVEL | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|--|-----------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| FAIXAS | | | | | | |
| Baixa participação dos Conselheiros dos municípios | 10 | 67% | 6 | 26% | 16 | 42% |
| Pouca expressão do Conselho do Trabalho no mun. | 9 | 60% | 6 | 26% | 15 | 39% |
| Falta de comprometimento / compromisso dos Cons. | 6 | 40% | 6 | 26% | 12 | 32% |
| Dificuldade articulação /integração com outros conselhos | 3 | 20% | 8 | 35% | 11 | 29% |
| Interesses particulares acima ou sobre os coletivos | 5 | 33% | 2 | 9% | 7 | 18% |
| Fragilidade estrutura de apoio (física, materiais, equipam.) | 1 | 7% | 5 | 22% | 6 | 16% |
| Distanciamento seu papel e competência popular | 5 | 33% | | 0% | 5 | 13% |
| Busca de projeção política e ou pessoal | 1 | 7% | 4 | 17% | 5 | 13% |
| Um espaço mais para técnicos e profissionais em geral | | 0% | 2 | 9% | 2 | 5% |
| Falta de capacitação e qualificação dos Conselheiros | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% |
| Conselho para somar com as políticas do município | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% |
| TOTAL | 40 | | 41 | | 81 | |
| TOTAL DE PESQUISADOS | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | 100% |

Fonte: Pesquisa de dados

De acordo com o quadro 4, verifica-se que a maior dificuldade é quanto a baixa frequência e participação nas reuniões, encontros e ou eventos, apontada por 42% dos conselheiros, sendo porém mais crítica em Cascavel, cujo percentual indicado é de 67% dos casos, pois o mesmo envolve um trabalho voluntário, sem remuneração. Depois classificam também a pouca expressão e valorização do Conselho do Trabalho junto ao município, indicada por 39% dos conselheiros, sendo também mais crítico em Cascavel, na manifestação por 60% dos conselheiros. Aparece também, a falta de comprometimento ou compromisso dos conselheiros com o Conselho do Trabalho e seu papel na sociedade, a dificuldade de articulação e integração do mesmo com os demais conselhos existentes no município, revelando assim certo individualismo na sua atuação e também, a existência de interesses particulares acima dos coletivos, entre outros.

Quadro 5. O Prefeito e os Secretários valorizam as Sugestões do Conselho:

| Locais | CASCAVEL | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|----------------------|-----------|-------------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| ESPECIFICAÇÃO | | | | | | |
| SIM | 7 | 47% | 16 | 70% | 23 | 61% |
| Em parte | 7 | 47% | 7 | 30% | 14 | 37% |
| NÃO | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% |
| TOTAL | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | 100% |

Fonte: Pesquisa de dados

Conforme o quadro 5, percebe-se que os conselheiros na média apontam em 61% que a gestão pública do município acredita ou confia na valorização das sugestões, porém ela é de maior credibilidade nos demais municípios da mesorregião, na ordem de 70% dos pesquisados. Já em parte é por 37% dos conselheiros pesquisados.

Quadro 6. Eventos Promovidos pelo Conselho do Trabalho

| Locais | CASCAVEL | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|-------------------|----------|------|-------------|------|-----------|------------|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| EVENTOS | | | | | | |
| Seminários | 4 | 27% | 7 | 30% | 11 | 29% |
| Conferências | 4 | 27% | 5 | 22% | 9 | 24% |
| Fóruns de debate | 4 | 27% | 5 | 22% | 9 | 24% |
| Cursos | | 0% | 4 | 17% | | 0% |
| Reuniões | 1 | 7% | 2 | 9% | | 0% |
| Palestras | | 0% | 1 | 4% | | 0% |
| Não Promove(u) | 3 | 20% | 6 | 26% | 9 | 24% |
| TOTAL | 16 | | 30 | | 46 | |
| TOTAL PESQUISADOS | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | |

Fonte: Pesquisa de dados

De acordo com o quadro 6. Observa-se que dos eventos promovidos pelos Conselhos destacam-se pela ordem: seminários, conferências, fóruns de debate, cursos, reuniões e palestras, cuja organização ocorre no âmbito local, regional e Estadual.

Quadro 7. Metas Principais dos Conselhos do Trabalho

| ESPECIFICAÇÃO | LOCAIS | | CASCAVEL | | MESORREGIÃO | | TOTAL | |
|--|-----------|-------------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------|---|
| | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % | QTDE | % |
| Cursos -Ampliação e também com novos cursos, capacitações, qualificações e especializações em geral | 4 | 27% | 8 | 35% | 12 | 32% | | |
| Gerar empregos e reduzir o desemprego | 1 | 7% | 3 | 13% | 4 | 11% | | |
| Estabelecer prioridades e diretrizes de emprego | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Melhorar a qualidade do trabalho | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Inserção e inclusão da mão de obra especializada | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Melhorar a relação entre empresa e trabalhador | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Sistema Integrado Informatizado reduz fraudes | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Redução de filas no atendimento na Agência | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Telessalas para cursos ao trabalhador | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| Buscar parcerias com pequenas empresas | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Estudo e Condições para os jovens e recém formados | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Esforço desenvolvimento sustentável solidário | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Visualizar novas iniciativas produtivas | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Melhorar relação entre ensino e mercado de trabalho | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Maior profissionalização do trabalhador | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Continuar a fiscalização | | 0% | 1 | 4% | 1 | 3% | | |
| Estruturar escola na região Norte | 1 | 7% | | 0% | 1 | 3% | | |
| TOTAL | 13 | | 18 | | 31 | | | |
| TOTAL DE PESQUISADOS | 15 | 100% | 23 | 100% | 38 | 100% | | |

Fonte: Pesquisa de dados

Conforme o quadro 7, verifica-se que das diversas metas dos Conselhos do Trabalho, pela ordem estão como a principal “a ampliação via novos cursos, capacitações, qualificações e especializações em geral da mão de obra, apontada por 32% dos conselheiros”, sucedido pela geração de emprego, renda e bem estar, mediante profissões e ocupações com a conseqüente redução do desemprego para 11% dos conselheiros. Depois, cada qual com 3% registram-se: estabelecer prioridades e diretrizes de emprego; a maior profissionalização do trabalhador e com isto, também a melhoria da qualidade do trabalho e da mão de obra; a inserção e inclusão da mão de obra especializada no mercado; uma melhora na relação entre empresa e os seus trabalhadores; um Sistema Integrado Informatizado que reduz fraudes; a redução também das filas de atendimento nas Agências do Trabalhador; telessalas para cursos ao trabalhador; buscar parcerias com pequenas empresas; o estudo e condições para os jovens e recém formados; esforço de desenvolvimento sustentável solidário; visualização de novas iniciativas produtivas; a melhoria da relação também entre o ensino e o mercado de trabalho e por fim, da continuidade da fiscalização no âmbito do trabalho pelos respectivos órgãos competentes, entre outros.

Como sugestões apontadas pelos pesquisados listam-se: a colocação em prática das ideias, discussões e decisões; o estudo da vocação e aptidão local dos municípios; a implantação de parque tecnológico, da educação empreendedora; a maior preocupação com o desenvolvimento sustentável;

Como sugestões e observações acerca da melhoria da atuação dos Conselhos do Trabalho, nos diversos municípios, apontam-se por exemplo questões da necessidade de integração com os demais Conselhos do município; o incentivo a participação, comprometimento e o empenho dos Conselheiros, bem como, dos envolvidos de uma forma geral, para que as propostas aconteçam de forma efetiva; a garantia da gestão democrática; a colocação na prática das discussões e decisões; a consolidação em atuações marcantes, no contexto das ações municipais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas 38 pesquisas junto aos conselheiros e seus resultados, quanto aos seus objetivos geral e específicos, conclui-se em aspectos gerais que, nos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná, que os conselhos cumprem um papel importante na gestão dos municípios, sendo mesma de forma variada, na cooperação com o governo municipal, empresas, instituições e como um foro de representação e parceria com a gestão pública e política do trabalho do município, porém gostariam que fosse de uma maior apoio dos governos municipais e melhor aplicação prática de suas sugestões e pareceres.

Quanto aos objetivos específicos, sobre o perfil dos conselheiros o mesmo é formado basicamente por pessoas com uma boa escolaridade, destacando-se a graduação, pós-graduação e o ensino médio, enquadram-se predominantemente na faixa etária média entre 30 e 50 anos, com renda predominante até R\$ 6.000,00 mensais e com filiação partidária, em 46% dos casos. São oriundos de diferentes atividades e segmentos econômicos e sociais da sociedade, da agricultura e pecuária, da indústria e dos diferentes serviços em geral no setor terciário, ocupando principalmente cargos de gestão e técnico administrativos.

Quanto ao funcionamento do conselho, destaca-se que os mesmos estão participando ordinariamente em maior periodicidade mensal e bimestral, e em casos extraordinários, conforme a necessidade, sendo os outros encontros trimestrais, semestrais e anuais, tendo em sua maioria um local fixo e com um certo apoio dos municípios.

Os principais temas e assuntos tratados, envolvem as questões do trabalho, emprego e renda; a articulação com outras instituições de formação profissional, escolas, sindicatos; a definição de diretrizes, prioridades e estratégias políticas de trabalho e emprego; a elaboração proposta Plano de Trabalho Anual e Plurianual do Conselho do Trabalho e a educação, qualificação, capacitação da mão de obra, entre outros.

Quanto a metas, buscam a ampliação e também com novos cursos, capacitações, qualificações e especializações em geral e a gerar empregos, renda e bem estar e com isto também reduzir o desemprego, entre outros.

Dentre os maiores desafios estão o desejo pela maior participação dos conselheiros, a valorização dos conselhos e a colocação em prática das decisões, sugestões e pareceres. E, como limitadores, a participação e o comprometimento maior dos conselheiros, a articulação com os demais conselhos do município e a certa fragilidade da estrutura de apoio, entre outros.

Respondendo ao problema de pesquisa, “os Conselhos efetivamente contribuem com a gestão pública municipal, materializando-se em sugestões e ações para desempenhos de eficiência qualitativa da gestão do Estado?” É possível responder que, os mesmos estão procurando contribuir gradativamente, ou seja, aos poucos, uns mais e outros menos, mesmo de forma embrionária, tornando a gestão mais participativa e democrática, em que o planejamento integrado participativo é essencial e importante e continua sendo um desafio, para o êxito da gestão municipal, bem como, de suas políticas e ações.

REFERÊNCIAS

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

JUNIOR, O. A. dos S, MONTANDON, D.T. (Org). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade**. Balanço Crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

JUNIOR, O. A. A, RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, Fase, 2004.

Artigo recebido em: Agosto/2015

Aceito em: Outubro/2015